PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

XX CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa - 05.05.96

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinqüenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica azul ou preta.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS

BOA SORTE.

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz RUBENS TAVARES AIDAR - Presidente
Juiz DÉLVIO BUFFULIN
Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente
Juiz AMADOR PAES DE ALMEIDA
Dr. ANTONIO CARLOS VIANA DE BARROS-Membro da OAB

maio/96

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

DIREITO DO TRABALHO

51. Concessão de férias. Formalidade ou informalidade:

a) trabalhador será comunicado 30 dias antes e entregará a "CTPS" ao empregador mediante recibo.
b) trabalhador será comunicado 30 dias antes, por escrito e entregará a "CTPS" ao empregador mediante recibo.
c) a comunicação poderá ser verbal ou escrita e, 48 horas antes do início do gozo, o trabalhador entregará a "CTPS" para anotações.
d) o empregador está obrigado a fazer escala de férias no ano que antecede à concessão e o trabalhador está obrigado a entregar, mediante recibo, a sua "CTPS" uma semana antes do início do gozo.

52. Empregado de associação de classe. Estabilidade:

a) não possui estabilidade.
b) possui estabilidade desde o registro da candidatura.
c) possui estabilidade desde a posse.
d) possui estabilidade a partir do registro da candidatura ou da posse desde que haja publicação no diário oficial.

53. Trabalho da mulher e do menor. Prorrogação da jornada por motivo de força maior:

a) a mulher poderá prorrogar até o máximo de 10 horas, mediante compensação em outro dia. O menor está proibido de prorrogar.
b) a mulher e o menor poderão prorrogar até o máximo de 12 horas, mediante comunicação por escrito à autoridade competente dentro de 48 horas.
c) a mulher e o menor poderão prorrogar até o máximo de 10 horas, mediante comunicação à autoridade competente dentro de 48 horas.
d) a mulher e o menor poderão prorrogar, em casos excepcionais, até o máximo de 12 horas, mediante comunicação à autoridade competente devendo o excesso ser compensado nos dias seguintes.

54. Férias - Contrato de trabalho dos empregados domésticos. Dispõe a lei: **"...ficando a critério do empregador doméstico a fixação do período correspondente".** Empregador concedeu férias três anos após o período aquisitivo de forma simples:

a) o pagamento deve ser em dobro nos termos da CLT.
b) o pagamento deve ser simples de conformidade com a lei que regula o trabalho do doméstico.
c) o pagamento deve ser em dobro por aplicação analógica da CLT (princípio da justiça distributiva).
d) o pagamento deve ser em dobro posto que situações idênticas devem merecer o mesmo tratamento (princípio da isonomia).

55. Trabalhador contratado e transferido para prestar serviço no exterior. Decorridos mais de dois anos, tem direito de passar férias no Brasil sob as expensas do empregador. Todavia, o empregado retornou ao Brasil em definitivo quando já adquirido o período, mas antes da concessão das férias. Quais seriam os seus direitos?

a) é um direito que se integrou ao seu patrimônio e, portanto, deverá receber aquele valor em dinheiro.
b) o valor será devido pela metade.
c) o valor será devido na proporção de 1/3.
d) não tem direito a qualquer indenização.

56. O acordo e a convenção coletiva, para terem validade, necessitam:

a) de homologação pelo Tribunal (TRT ou TST).
b) de homologação pelo TRT se abranger única Região ou pelo TST se abranger mais de uma Região.
c) de homologação pelo TRT e TST, em dependendo da base territorial em que deverá vigorar, mediante depósito de uma via para fins de registro no Ministério do Trabalho.
d) de depósito de uma via no Departamento Nacional do Trabalho, em se tratando de instrumento de caráter nacional ou interestadual, ou nos órgãos regionais do Ministério do Trabalho, nos demais casos.

57. Do trabalho portuário. Trabalhador avulso. Vínculo empregatício. Portuários de estiva, conferência e conserto de carga e vigilância de embarcações:

a) não existe vínculo empregatício.
b) o avulso registrado poderá ser contratado a prazo indeterminado.
c) o avulso poderá ser contratado apenas por prazo determinado.
d) o avulso poderá ser contratado por prazo indeterminado apenas para vigilância de embarcações desde que devidamente registrado.

58. Obrigações do empregador. Enviar ao Ministério do Trabalho ou à DRT local no período de 01 de novembro a 31 de dezembro:

a) relação de todos os empregados menores dirigida ao Ministério do Trabalho.
b) relação de todos os empregados, maiores ou menores, ao Ministério do Trabalho.
c) relação de empregados menores e mulheres grávidas à Delegacia Regional do Trabalho. E esta confeccionará relação geral que será enviada ao Ministério do Trabalho.
d) relação de todos os empregados, maiores e menores, aí incluídas mulheres grávidas, à Delegacia Regional local. E esta confeccionará a relação geral que será enviada ao Ministério do Trabalho.

59. Das férias do professor. Direito à venda de 1/3 das férias:

a) tem direito à venda de 1/3 das férias.
b) não tem direito à venda de 1/3 das férias.
c) tem direito à venda desde que requerida com antecedência mínima de 180 dias.
d) tem direito à venda desde que requerida no início do ano letivo.

60. Dos empregados em serviço de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonia. Trabalho aos domingos, feriados e dias santos de guarda:

a) o trabalho não será considerado extraordinário.
b) o trabalho é considerado extraordinário e será pago em dobro sem levar-se em conta o pagamento recebido como mensalista.
c) o trabalho é considerado extraordinário e será pago em dobro levando-se em conta o pagamento recebido como mensalista.
d) o trabalho é considerado extraordinário e a remuneração será aquela que dispuserem empregadores e empregados.

PROCESSO DO TRABALHO

61. "A" move ação contra empresa "Y" e os sócios "X" e "Z", pleiteando verbas rescisórias. Vencedor, o autor procedeu à liquidação. Homologados os cálculos, realizou-se a citação nas pessoas dos sócios. A empresa não efetuou o pagamento. O oficial de Justiça avaliador penhorou bens do sócio "X". Indicar a alternativa correta:

a) a citação é nula porque a empresa não foi citada pessoalmente.
b) a citação está correta, mas o sócio tem apenas responsabilidade subsidiária devendo utilizar-se dos embargos de terceiro.

c) a citação está correta e poderá o sócio utilizar-se dos embargos à execução.
d) a citação é nula podendo o sócio utilizar-se dos embargos de terceiro.

62. Ação rescisória. Proposta a ação rescisória, autor e réu acordam em resolver a lide através de autocomposição com rescindibilidade do acórdão, ocasião em que o réu sequer formula contestação. Conseqüências:

a) a composição é de nenhum efeito.
b) a composição é possível.
c) cabem às partes decidir sobre a permanência ou não da coisa julgada.
d) mesmo após o trânsito em julgado, as partes podem fazer acordo a qualquer momento.

63. Da exceção de incompetência absoluta e relativa. Meios para a argüição:

a) a relativa através de preliminar e a absoluta através de exceção.
b) a absoluta através de preliminar e a relativa através de exceção.
c) ambas através de preliminar.
d) ambas através de exceção.

64. Mandado de segurança. O impetrante não formula nenhum pedido para concessão de liminar. Mas o juiz (relator), de ofício, concede liminar suspendendo o ato atacado. Conseqüências:

a) decidiu *extra petita.*
b) o juiz ou relator pode conceder liminar de ofício.
c) decidiu *ultra petita*, dando ensancha ao agravo regimental.
d) a parte interessada deverá impetrar outra segurança para cassar o ato arbitrário.

65. Acordo homologado em uma das Juntas da Capital, onde não figuraram discriminadamente as parcelas legais relativas à contribuição previdenciária. Conseqüências:

a) nenhuma. O Poder Judiciário não é órgão fiscalizador.
b) a cota previdenciária incidirá somente sobre as verbas de natureza salarial.
c) a cota previdenciária incidirá sobre o valor do acordo homologado.
d) a cota previdenciária incidirá sobre os salários - na sua concepção restrita.

66. Execução. Juiz deprecado nega-se a efetuar penhora sobre determinado bem imóvel indicado pelo juízo deprecante, sob o argumento de que o imóvel não poderá ser penhorado por pertencer a terceiro que não está contido nos limites subjetivos da coisa julgada.

a) o deprecado está obrigado a cumprir a carta executória e efetuar a penhora do bem indicado, salvo se representar à Corregedoria Regional.
b) ninguém, muito menos o juiz deprecado, está obrigado a proceder contrário à lei.
c) em sendo juízes da mesma horizontalidade, não existe obrigação de cumprimento da carta precatória.
d) em tendo o juízo deprecante indicado o bem a ser penhorado, não sendo o deprecado nada mais do que a sua *longa manus*, não compete ao deprecado criar qualquer óbice.

67. Consignação em pagamento. Alegada insuficiência do depósito, o réu apresentou cálculos do que achava devido prosseguindo o processo quanto à parte controvertida. A sentença concluiu pela insuficiência do depósito. Proceder-se-á à execução:

a) através de ação autônoma, facultado ao credor fazê-lo nos próprios autos.
b) obrigatoriamente nos mesmos autos.
c) obrigatoriamente em processo autônomo.
d) através de ação autônoma somente com concordância do devedor, facultado ao credor fazê-lo nos próprios autos.

68. Recurso. Embargos infringentes - competência, cabimento e prazo:

a) Seções Especializadas do TST; de decisões não unânimes em dissídio coletivo e ações rescisórias; 08 dias.
b) Seções Especializadas e Turmas do TST; de decisões não unânimes em dissídio coletivo, ações rescisórias, mandado de segurança e recurso de revista; 05 dias.
c) Seções Especializadas do TST; de decisões não unânimes em dissídios coletivos e ações rescisórias; 08 dias contados da publicação do acórdão ou da sua conclusão no órgão oficial.
d) Seções Especializadas e Turmas do TST e Regionais; de decisões não unânimes em dissídio coletivo e ações rescisórias; 05 dias contados da publicação do acórdão ou da sua conclusão no órgão oficial.

69. Ação rescisória. Distribuída ao relator, este indeferiu a petição inicial afirmando haver a parte decaído do direito. A parte não recorreu. Qual o recurso que caberia naquela oportunidade e qual o remédio processual cabível agora para a desconstituição da decisão do relator que determinou o arquivamento:

a) naquela oportunidade cabia recurso ordinário e agora, ação rescisória.

b) naquela oportunidade cabia agravo regimental e agora, ação rescisória.
c) naquela oportunidade cabia agravo regimental e agora, ação anulatória.
d) naquela oportunidade cabia embargos de declaração e agora, ação anulatória.

70. Princípio da eqüidade. Aplicação em ações individuais e em mandado de segurança:

a) tem aplicação restrita nas ações individuais e não tem aplicação em mandado de segurança.
b) tem aplicação plena nas ações individuais e restrita em mandado de segurança.
c) tem aplicação plena nas ações individuais e não tem aplicação em mandado de segurança.
d) tem aplicação restrita nas ações individuais e no mandado de segurança posto que somente tem aplicação naqueles casos previstos em lei.

71. Dissídio coletivo em que a categoria profissional busca conseguir novos benefícios. Possibilidade de antecipação da tutela:

a) impossível a antecipação da tutela.
b) presente a prova inequívoca e convencido o julgador da presença da verossimilhança, estará obrigado a conceder a tutela.
c) presente a prova inequívoca e convencido o julgador da presença da verossimilhança da alegação, poderá conceder a antecipação da tutela.
d) presentes os requisitos legais, a antecipação da tutela se traduz em direito líquido e certo, passível de mandado de segurança quando negada.

72. Ação cautelar contra o Poder Público. Em podendo a liminar concedida causar grave dano à segurança e à economia pública, a quem caberá apreciar o pedido de suspensão:

a) ao próprio juiz de primeiro grau.
b) ao presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do recurso voluntário ou ex-officio.
c) ao relator a quem o recurso for distribuído.
d) ao colegiado ao qual couber a apreciação do recurso na primeira sessão em que funcionar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

73. Cobrança de autos do procurador. Procedimento e sanções:

a) se, intimado, não devolver em 48 horas, perderá o direito à vista fora do cartório e incorrerá na multa que será imposta pelo juiz
b) se, intimado, não devolver em 24 horas, perderá o direito à vista fora do cartório e incorrerá em multa que será imposta pela OAB.
c) se, intimado, não devolver em 72 horas, perderá o direito à vista fora do cartório e incorrerá em multa que será imposta pela OAB.
d) se, intimado, não devolver em 05 dias, perderá o direito à vista fora do cartório e incorrerá na multa que será imposta pelo juiz.

74. A lei fixa prazo para que o juiz profira despachos de expediente, profira decisões e para que o serventuário execute os atos processuais. Indicar a alternativa correta:

a) 02 dias, 10 dias e 48 horas.
b) 05 dias, 10 dias e 24 horas.
c) 05 dias, 15 dias e 72 horas.
d) 02 dias, 10 dias e 24 horas.

75. Em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder os prazos que lhe assina o Código:

a) até o quádruplo.
b) até o triplo.
c) até o dobro.
d) de conformidade com o motivo, mas nunca além de 30 dias.

76. Expedida carta precatória para produção de prova em outro juízo:

a) o processo ficará suspenso até o retorno da precatória.
b) o processo não poderá ficar suspenso por mais de seis meses.
c) o processo não poderá ficar suspenso por mais de um ano.
d) o processo será julgado mesmo sem o retorno da precatória, salvo se requerida antes do despacho saneador.

77. Citação do réu ausente sabendo-se que a ação tem origem em ato praticado pelo seu administrador:

a) a citação é pessoal; ausente o réu, dever-se-á aguardar a sua volta.
b) a citação poderá ser feita na pessoa do seu administrador.
c) a citação deverá ser feita por edital.
d) a citação deverá proceder-se por "hora certa".

78. Proposta a ação, oferecida a resposta, designada audiência para instrução, o autor peticionou renunciando ao direito sob cujo fundamento a ação foi proposta. Conseqüências:

a) o juiz poderá extinguir o processo com julgamento do mérito, de imediato.
b) o juiz poderá extinguir o processo sem julgamento do mérito, de imediato.
c) o juiz dará vista ao réu para manifestar sua concordância ou não. Se não concordar, a ação prossegue.
d) o juiz dará vista ao réu para manifestar-se. Mas mesmo sem a sua concordância, extinguirá o processo sem julgamento do mérito.

79. Recurso extraordinário. Não admitido o recurso extraordinário, a parte agravou de instrumento. O relator negou provimento ao agravo de instrumento. Qual o remédio cabível?

a) o relator não pode, monocraticamente, negar provimento ao agravo de instrumento sendo essa função do colegiado. Remédio cabível é o mandado de segurança.
b) da decisão monocrática, o interessado poderá interpor agravo ao órgão julgador.
c) da decisão monocrática, o interessado poderá interpor embargos ao órgão julgador.
d) da decisão monocrática, o interessado poderá interpor embargos ao relator e este poderá levar ao conhecimento do plenário.

80. Cumulação de pedidos. Requisitos:

a) pedidos idênticos e coincidência de autores ou de réus. Adequação procedimental.
b) pedidos compatíveis entre si, identidade de autores e de réus. Adequação procedimental.
c) pedidos compatíveis entre si, competência do juízo para todos os pedidos e adequação procedimental.
d) identidade de autores e réus, competência do juízo para todos os pedidos e adequação de procedimento para todos.

81. Admitidos o recurso especial e o recurso extraordinário, o processo foi enviado ao Superior Tribunal de Justiça. Distribuído o recurso especial, o relator concluiu que o recurso extraordinário era prejudicial do recurso especial. Remetidos os autos ao Supremo Tribunal Federal. Distribuído o processo, o relator não considerou o recurso extraordinário prejudicial e determinou a devolução dos autos ao "STJ". Recurso cabível:

a) agravo de instrumento.;
b) agravo regimental.
c) embargos infringentes.
d) nenhum recurso.

82. Procedimento sumário. Reconvenção:

a) não permite a reconvenção.
b) permite a reconvenção.
c) permite apenas a chamada "demanda na contestação" desde que o pedido esteja fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
d) somente o procedimento sumaríssimo não permite a reconvenção.

DIREITO COMERCIAL

83. Os titulares de ações preferenciais:

a) só podem eleger um membro do Conselho Fiscal.
b) não podem participar da eleição dos integrantes dos órgãos de administração.
c) só possuem vantagens ou privilégios de ordem pecuniária, *ex vi* do disposto no art. 17 e incisos da Lei nº 6404/76.
d) podem eleger, mediante autorização estatutária, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos de administração.

84. Decretada a falência do empregador, no curso de processo trabalhista:

a) a ação trabalhista fica suspensa.
b) a ação trabalhista é atraída para o Juízo Universal, nos termos do art. 7º, parágrafo 2º, da Lei de Falências.
c) a ação trabalhista prossegue normalmente no Juízo do Trabalho, notificado o síndico da falência.
d) a ação trabalhista é extinta providenciando o empregado a habilitação do seu crédito no Juízo da Falência.

85. A exibição dos livros do comerciante em Juízo:

a) só pode ocorrer em questões da sociedade (litígio entre os sócios).
b) nos casos de falência da sociedade ou do comerciante individual, em conformidade com o art. 381, V, do CPC.
c) só na liquidação da sociedade, *ex vi* do disposto no art. 381, I, do CPC.
d) nos feitos trabalhistas para exame de registros e lançamentos que possam elucidar a questão posta em juízo.

86. A sociedade civil que, nos termos do art. 1364 do Código Civil, revestir-se das formas estabelecidas nas leis comerciais:

a) sujeita-se à falência.
b) está sujeita ao processo de liquidação extrajudicial.
c) sujeita-se ao processo de insolvência civil.
d) extingue-se mediante intervenção extrajudicial.

DIREITO CIVIL

87. Determinado credor tem entre os devedores solidários o seu irmão. Em tendo renunciado à solidariedade em favor do seu irmão, indicar alternativa correta:

a) poderá renunciar à solidariedade em favor de qualquer devedor.
b) não poderá renunciar à solidariedade em favor de nenhum devedor.
c) somente poderá renunciar à solidariedade em favor de um ou mais devedores se a maioria que permanecer solidária concordar.
d) somente poderá renunciar à solidariedade em favor de um ou mais devedores se a unanimidade dos devedores remanescentes concordar.

88. Dos atos bilaterais simples. São aqueles que:

a) concedem vantagens a uma das partes e ônus à outra.
b) outorgam vantagens recíprocas.
c) outorgam ônus e vantagens recíprocas.
d) são desprovidos de qualquer solenidade.

89. "A" adquire de "B" uma vaca da raça holandesa a qual lhe seria entregue 90 dias após a paga do preço. Efetuado o pagamento, verificou-se, posteriormente, que referida vaca ficou prenha, razão pela qual o ~~devedor~~ credor pretende que seja o preço reajustado em mais 20%:

a) a pretensão não tem fundamento, posto que o acessório segue o principal.
b) a exigência se traduz em descumprimento da obrigação de fazer podendo resolver-se em perdas e danos.
c) até a tradição, a coisa pertence ao ~~devedor~~ credor com todos os seus melhoramentos e acréscimos pelos quais poderá exigir aumento no preço.
d) razão teria o ~~devedor~~ credor se essa circunstância houvesse constado de contrato.

DIREITO PENAL

90. "A" é sócio de "B" num táxi. "A" mudou-se da cidade onde ambos residiam e levou consigo o veículo para outro Estado da federação. Cometeu ou não crime?

a) não cometeu nenhum crime e o problema deverá ser resolvido na Justiça Civil.
b) cometeu crime de furto que é crime comum.
c) cometeu crime de apropriação indébita.
d) cometeu crime de furto que é crime próprio.

91. Consumado o furto, o sujeito emprega violência contra pessoa a fim de continuar na detenção do objeto material. Crime cometido:

a) furto consumado e delito contra pessoa.
b) roubo próprio.
c) roubo impróprio.
d) furto.

92. Pela *"teoria da contrectatio"*, vigente entre os romanos que não conheciam a tentativa, o furto atingia a sua completa realização:

a) pelo simples querer subjetivo desde que exteriorizado de alguma forma.
b) só o contato físico do sujeito perfazia o delito.
c) pela posse e o *animus furandi*.
d) pela posse ainda que eventual, desde que durasse mais de três dias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

93. Os efeitos do ato administrativo são:

a) eminentes e transpessoais.
b) autônomos e bilaterais.
c) bilaterais e unilaterais.
d) bilaterais, posto que não escapam ao crivo do Judiciário.

94. O desfazimento do ato administrativo em virtude de nulidade ou de anulabilidade pressupõe:

a) o interesse público.
b) violação de dispositivo legal manifesto e comprovado.

c) o mérito administrativo.
d) o interesse público somado do binômio oportunidade e conveniência.

95. Os atos inexistentes desafiam:

a) ação anulatória.
b) ação declaratória.
c) ação expletória.
d) nenhuma ação.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

96. Salário-maternidade. Empregada avulsa. Responsabilidade:

a) o benefício é de responsabilidade do sindicato ao qual estiver vinculada.
b) a responsabilidade é da Previdência no valor de um salário mínimo.
c) a responsabilidade é da Previdência no valor da remuneração mensal.
d) a responsabilidade é da Previdência, desde que o sindicato tenha efetuado a comunicação em tempo hábil. E o valor será de um salário mínimo.

97. Salário-maternidade. Empregada dispensada sem justo motivo:

a) a responsabilidade é da Previdência, sempre.
b) a responsabilidade é do empregador, sempre.
c) a responsabilidade será da Previdência se a empregada requerer o benefício 30 dias antes do gozo.
d) a responsabilidade é da Previdência, desde que o empregador faça a comunicação com a última folha de pagamento, noticiando a dispensa imotivada.

98. Salário-maternidade. Empregada gestante com mais de um emprego. Conseqüências, sabendo-se que o cônjuge varão também mantém dois empregos:

a) recebe o benefício em cada emprego.
b) receberá um único benefício.
c) apenas o cônjuge varão receberá o benefício.
d) em sendo benefício pessoal, receberá o benefício em função do emprego mais antigo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

99. Trabalhador empregado de empresa com mais de 200 empregados terá assegurado:

a) pagamento de 50% do 13º salário, juntamente com o pagamento de salários por ocasião das férias.
b) participação nos lucros da empresa.
c) eleição de representante com o objetivo de promover entendimento direto com o empregador.
d) creche em havendo o mínimo de 30 mulheres com idade superior a 16 anos.

100. Unicidade sindical. Registro. Órgão competente:

a) Cartório de Registros de Títulos e Documentos.
b) Confederação ou, na falta, a Federação.
c) Ministério do Trabalho,
d) Ministério da Justiça.